

**Intervenção do Delegado Empregador Português na 110ª Sessão da Conferência
Internacional do Trabalho
*António Saraiva***

Senhor Presidente,

Em nome da Delegação Empregadora Portuguesa, felicito-o pela eleição para tão elevado cargo.

No centro do debate encontra-se o Relatório do Diretor-Geral, intitulado ***“Países em desenvolvimento: Crise, transformação estrutural e futuro do trabalho”***.

Embora presente em toda a história da OIT, a recuperação dos Países em Desenvolvimento merece, agora, a centralidade que lhe é devida e que a atualidade impõe.

Os empregadores portugueses mostram-se, ainda, mais preocupados e empenhados nesta recuperação, dado que na Lista de Países em Desenvolvimento das Nações Unidas, de 2022, estão alguns Estados da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, com os quais temos especiais relações de afinidade.

Revemo-nos muito na análise que o Diretor-Geral faz no seu Relatório, nomeadamente quanto aos dois aspetos mais marcantes da atualidade:

- A recuperação da pandemia da Covid-19, ainda em curso, foi desigual e incompleta em muitas partes do mundo, com risco de provocar um aumento das assimetrias.
- A incompreensível invasão da Ucrânia pela Federação Russa, também em curso, está a ter drásticas consequências sociais e económicas, com risco de provocar uma tripla crise à escala global: de alimentos, de energia e de finanças.

Estamos convictos de que os Países em Desenvolvimento têm forte potencial para atingirem níveis sustentáveis de progresso económico e social e para se assumirem como mercados globalmente competitivos.

Todavia, para alcançar esse potencial é necessário conferir prioridade ao crescimento sustentável, através da criação de condições que permitam alargar as oportunidades de desenvolvimento.

Uma **dessas condições** consiste no aprofundamento do **diálogo social** entre empregadores, trabalhadores e governos, tendente a providenciar um ambiente político e social estável, baseado no estado de direito, e a promover a paz social, absolutamente indispensável ao crescimento da produtividade.

Nesta matéria, a OIT, como organismo tripartido que é, desempenha um papel importante na identificação de desafios e obstáculos que se colocam à implementação efetiva do diálogo social nestes Países, bem como na apresentação de soluções destinadas a superá-los.

Outra condição fundamental ao crescimento sustentável nos Países em Desenvolvimento, passa por **incrementar o papel do setor privado** como principal fonte de crescimento económico e de criação de emprego.

Para o efeito, é necessário promover um ambiente favorável quer ao empreendedorismo quer às micro, pequenas e médias empresas, para criar empregos produtivos e melhores condições de vida, tal como, aliás, expressa a Declaração do Centenário da OIT para o Futuro do Trabalho, aqui adotada em junho de 2019.

Paralelamente, a redução da informalidade deve, também, ser uma prioridade para criar emprego e reduzir a pobreza nos Países em Desenvolvimento.

A economia informal tende a perpetuar níveis reduzidos de produtividade económica e fraca capacidade competitiva das empresas, quer como causa quer como resultado da pobreza dos operadores informais.

Finalmente, assume-se como uma das condições mais decisivas para o sucesso destes Países **o investimento em educação e formação** destinado a desenvolver competências em ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

Nesta matéria, a OIT desempenha um papel determinante na conceção de estratégias pragmáticas que coloquem a formação profissional como prioridade fundamental nestes Países, o que passa, igualmente, por fortalecer infraestruturas digitais para que as pessoas e as empresas possam beneficiar da transformação digital em curso.

Os empregadores portugueses estão empenhados no desafio da recuperação dos Países em Desenvolvimento, mostrando-se solidários com este objetivo e dispostos a contribuir ativamente para a prossecução do mesmo.

Muito obrigado pela Vossa atenção.

Genebra, 06 de junho de 2022